



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPOS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-DECED

RAFAEL LITTIG SANTANA

**A UTILIZAÇÃO DAS TICs COMO PROPOSTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO**

Ariquemes/RO

2014

RAFAEL LITTIG SANTANA

**A UTILIZAÇÃO DAS TICs COMO PROPOSTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Pedagogia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Prof.(o) Ms. Hugo Athanásios Fotopoulos.

Ariquemes/RO

2014

Dados de publicação internacional na publicação (CIP)
Biblioteca setorial 06/UNIR

S232u

Santana, Rafael Littig.

A utilização das TICs como proposta de políticas públicas de inclusão digital na educação. / Rafael Littig Santana. Ariquemes-RO, 2014.

50 f.

Orientador (a): Prof.(a) Ms. Hugo Athanásio Fotopoulos.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Fundação Universidade Federal de Rondônia. Departamento de Ciências da Educação, Ariquemes, 2014.

1. Tecnologias de informação - Escolas. 2. Inclusão digital - Exclusão digital. 3. Formação continuada.

I. Fundação Universidade Federal de Rondônia. II. Título.

CDU: 37:6

Bibliotecária Responsável: Danielle Brito Silva, CRB: 11-766.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES

Criado pela Resolução 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007

Av. Tancredo Neves, 3450 - Centro/ Ariquemes-RO / Cep: 76.872-848
Fone/Fax: (69) 3535-3563/ E-mail: campusariquemes@unir.br

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA - TCC

CURSO DE GRADUAÇÃO - LICENCIATURA EM PEDAGOGIA: EDUCAÇÃO
INFANTIL, SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E GESTÃO
EDUCACIONAL.

ACADÊMICO: RAFAEL LITTIG SANTANA

TÍTULO: A UTILIZAÇÃO DAS TICs COMO PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICAS
DE INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO.

ORIENTADOR:

Prof. Ms. HUGO ATHANÁSIOS FOTOPOULOS

NOTA (100)

MEMBROS DA BANCA:

Prof.^a Esp. MÁRCIA ÂNGELA PATRÍCIA

NOTA (100)

Prof. Ms. FERNANDO SÉRGIO BARBOSA

NOTA (100)

MÉDIA / NOTA FINAL (100)

Obs.: O Acadêmico está ciente que, juntamente com seu Orientador, deverá atender as
possíveis sugestões apresentadas pela Banca.

Ariquemes, 29 de Julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Hugo Athanasios Fotopoulos

Prof.^o Ms. Hugo Athanásios

Márcia Ângela Patrícia

Prof.^a Esp. Márcia Ângela Patrícia

Fernando Sérgio Barbosa

Prof.^o Ms. Fernando Sérgio Barbosa

Dedico a minha esposa Francielli Virgens Souza Littig, a minha mãe Lucimar Littig Santana e meu pai João Evangelista Santana.

AGRADECIMENTOS

Primeiro agradeço a Deus por ter sido o principal mentor dessa conquista;

Ao professor Ms. Hugo Athanásios Fotopoulos, pela confiança de me aceitar como orientando não medindo esforços durante a construção desse trabalho. Por vezes, abrindo mão de momentos que deveriam ser destinado ao lazer com sua família, principalmente com a chegada sua filha recém-nascida, para dedicar do seu tempo nas orientações e correções desse trabalho;

Ao professor Ms. Fernando Sergio Silva Barbosa e a Professora Esp. Márcia Ângela Patrícia por aceitarem a participar da minha banca examinadora. E por muitas vezes estiveram dispostos a prestar atendimentos pedagógicos diante de eventuais dúvidas e, isso foi fundamental para resultados dessa pesquisa.

A todos os professores da Fundação Universidade Federal de Rondônia do Campus de Ariquemes que participaram desse processo;

A minha esposa, amiga e companheira Francielli Virgens Souza Littig por ter participado de todos os momentos bons e difíceis dessa caminhada;

A todos meus familiares que direta ou indiretamente me apoiaram nessa jornada, principalmente o meu pai João Evangelista Santana e sua esposa Isabel Aparecida Fonseca, a minha mãe Lucimar Littig, e a minha Sogra Dilma Conceição das Virgens;

Aos professores da Instituição de Ensino onde a pesquisa foi realizada representada pela professora e Diretora Analécia Nunes Souza, e pela professora e Vice-diretora Ana Luiza da Silva.

Aos meus colegas de curso pelo apoio e pela troca de experiências e conhecimentos ao longo desse curso;

E por fim, a todos meus amigos que de alguma forma participaram dessa história.

“Tudo quanto te vier à mão para fazer, faze-o conforme as tuas forças; porque na sepultura, para onde tu vais, não há obra, nem projeto, nem conhecimento, nem sabedoria alguma”.
(ECLESIASTES, p.xxx, ano 10).

RESUMO

A sociedade atual vive em um momento de grande produção e disseminação de conhecimento, resultante do desenvolvimento tecnológico ocorrido nas últimas décadas. Assim, é fundamental que o sistema de educação brasileiro seja contemplado com elaborações de políticas públicas que proporcione a inclusão digital e o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação. Mesmo sabendo que o consumo de computadores aumenta constantemente a cada dia, ainda é muito comum encontrar pessoas excluídas digitalmente tanto pela falta de acessibilidade tecnológica quanto pela lacuna de conhecimento para usar essas tecnologias. Esse fenômeno da exclusão digital acontece inclusive entre os profissionais que atuam na educação que não conseguiram acompanhar sozinho todo esse processo de mudanças. Desta forma essa pesquisa se justifica pela importância do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na educação e tem como objetivo principal analisar e descrever os motivos pelos quais professores se negam a utilizar o computador como ferramenta didática dentro da rede pública de ensino. Para isso, foi necessária a realização de uma pesquisa de campo em uma escola municipal de ensino fundamental em Ariquemes –RO. E tendo como participantes da análise metodológica (qualitativa e quantitativa) vinte e um (21) professores que fazem parte do plantel da escola. Após todo o trabalho de pesquisa bibliográfico e de campo, concluiu-se que muitos professores ainda se opõem a empregar as TICs pedagogicamente em suas aulas, mesmo com a iniciativa do governo federal na aplicação de políticas públicas de inclusão digital (ProInfo) para a comunidade escolar brasileira mediante as formações continuadas (ProInfo Integrado).

Palavra-chave: Políticas Públicas. Inclusão Digital. Exclusão Digital. Tecnologias de Informação e Comunicação. Formação Continuada.

ABSTRACT

Modern society lives in a time of great production and dissemination of knowledge resulting from technological development in recent decades. It is therefore crucial that the Brazilian education system is contemplated with elaboration of public policies that provide digital inclusion and the pedagogical use of information and communication technologies. Even though the use of computers increases constantly every day, it is still very common to find people digitally excluded both by the lack of accessibility as the technological knowledge gap to use these technologies. This phenomenon of the digital divide happens even among professionals working in education who failed to follow the whole process of change alone. Thus this research is justified by the importance of the use of Information and Communication Technologies (ICTs) in education and aims to analyze and describe the reasons why teachers refuse to use the computer as a teaching tool within the public school system. For this, necessary to carry out a field study in a municipal elementary school in Porto Velho -RO. And having as participants the methodological analysis (qualitative and quantitative) twenty-one (21) teachers who are part of the school squad. After all the work of library and field research, it was concluded that many teachers are still opposed to employ ICT pedagogically in their classes, even with the initiative of the federal government in the implementation of public policies for digital inclusion (ProInfo) for the community Brazilian school through the continuing education (Integrated ProInfo).

Keyword: Public Policy. Digital Inclusion. Digital Divide. Information Technology and Communication. Continuing Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB	-Lei de Diretrizes de Base da Educação
MEC	-Ministério de Educação e Cultura
NTE	-Núcleos de Tecnologia Educacional
NTE	Núcleos de Tecnologia Estadual
NTM	Núcleos de Tecnologia Municipal
PROINFO	-Programa Nacional de Tecnologia Educacional
ProInfo Integrado	-Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia
ProInfo	-Programa Nacional de Informática na Educação Educacional
SEMED	-Secretaria Municipal de Educação
TICs	-Tecnologias de Informação e Comunicação
TCLE	-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 INCLUSÃO DIGITAL X EXCLUSÃO DIGITAL: CONCEITOS.....	13
2.1 Inclusão Digital Dentro e Fora da Escola	15
2.2 O Computador como Tecnologia de Informação e Comunicação na Educação	17
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL PARA A EDUCAÇÃO	21
3.1 ProInfo	23
3.2 ProInfo Integrado: uma proposta de formação continuada utilizando o <i>Linux</i> Educacional	25
4 METODOLOGIA	29
4.1 Local do Estudo	29
4.2 Participantes do Estudo	29
4.3 Instrumentos Utilizados e Variáveis Pesquisadas	30
4.4 Forma de Análise dos Dados Obtidos	30
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	32
6 CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIA	40
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO	44
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	46

1 INTRODUÇÃO

A partir do avanço tecnológico desencadeado durante as últimas décadas, a sociedade brasileira vem sofrendo diversas transformações em suas organizações produtivas, econômicas e sociais. Atualmente, a informação que circula por meio da internet assume cada vez mais importância na vida das pessoas, sendo assim, o planejamento e o conhecimento se tornaram fundamentais para a formulação de políticas públicas que ampare o desenvolvimento educacional.

E é neste cenário que se torna relevante analisar o papel que a escola pública desempenha quando procura utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para proporcionar práticas de inclusão digital direcionada a comunidade escolar. Pois, mesmo reconhecendo a responsabilidade que a escola tem em permitir aos alunos o acesso aos conhecimentos produzidos e acumulados historicamente, é fato que, o modelo tradicional de educação que preponderou por muito tempo já não é suficiente para atender as necessidades educacionais de hoje. Uma vez que estes mesmos conhecimentos também se encontram disponíveis em outros lugares aonde existam algum tipo de interatividade tecnológica.

Como consequência deste novo cenário educacional, nas duas últimas décadas o Governo Federal tem incentivado a promoção de políticas públicas de inclusão digital nas escolas brasileiras, dentre elas, destaca-se a implantação de laboratórios de informática na rede pública de ensino através do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) e do Programa de Formação Continuada em Tecnologia (ProInfo Integrado). E mesmo quando a inclusão digital da comunidade escolar é tratada como política pública, por meio da disseminação dos computadores nos ambientes educacionais dessas escolas, ainda assim, ocorre a existência de diversos professores que por um ou por outro motivo não fazem uso dessas tecnologias para a prática pedagógica. Desta forma, essa pesquisa tem como objetivo principal em analisar e descrever os motivos pelos quais os professores se negam a utilizar o computador como ferramenta didática dentro da rede pública de ensino fundamental.

Sendo assim, esta pesquisa se justifica pela importância do uso dos computadores na educação e concomitante ao surgimento de novas tentativas de alavancar a qualidade da educação pública. Entre estas tentativas, destaca-se a

emergência da qualificação docente mediante a formação continuada para interagir com as TICs.

2 INCLUSÃO DIGITAL X EXCLUSÃO DIGITAL: CONCEITOS

A inclusão e a exclusão digital são descritas como fenômenos de caráter cultural, econômico e cognitivo, e que estes fenômenos não são exclusivos de países ricos ou pobres (LEMOS, 2011, p. 17). Os termos inclusão e exclusão digital surgiram a partir do final da década de 1980, quando o uso da informática passou a compor diversos ambientes de trabalho, e impulsionada pelo advento da internet a partir de 1990

Ao descrever sobre a inclusão e exclusão Cruz (2004, p.9) diz que:

[...] inclusão digital e o combate à exclusão social e econômica estão intimamente ligados, em uma sociedade onde cada vez mais o conhecimento é considerado riqueza e poder. Se há um consenso a respeito do que é inclusão digital é o de que o desenvolvimento socioeconômico e político deste início de século XXI passa também pelo domínio das chamadas TICs — tecnologias de informação e comunicação.

Conforme determina Kenski (2007, p. 22) “o surgimento de um novo tipo de sociedade tecnológica é determinado principalmente pelos avanços das tecnologias digitais de comunicação e informação e pela microeletrônica”. É fato ressaltar que em nossa sociedade ocorrera um grande progresso científico nas últimas décadas, porém mesmo com todo este crescimento tecnológico, muitos não puderam acompanhar todos esses processos de mudanças, tornando-os assim, excluídos digitais.

O nosso mundo está em processo de transformação estrutural [...] É um processo multidimensional, mas está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação, que começaram a tomar forma nos anos 60 e que se difundiram de forma desigual por todo o mundo [...] (CASTELLS, 2005, p. 17).

Como fora dito antes a exclusão digital ocorre por motivos variados e que apesar de não ser definida como regra geralmente atingem as pessoas com menos condições financeiras. Mas é notório que a falta de poder aquisitivo da população atua como um dos os fatores que corroboram para a propagação da exclusão digital no Brasil. O preço que se paga para ter acesso à internet é alto, e as ferramentas

que oferecem esse serviço (*smartphone*, *tablets*, celulares e o computador) ainda não são acessíveis a todas as pessoas, principalmente àquelas que compõem as camadas mais baixas da sociedade, que são vítima da “má distribuição de renda e a baixa taxa de escolaridade” (CRUZ, 2004, p. 24).

Uma família composta por quatro pessoas com renda de um salário mínimo mensal, terá como prioridade a compra de alimentos, o pagamento de energia, água, moradia, saúde, vestuários, etc.. Diante dessa situação, essa família não deixará de suprir as necessidades básicas para sua sobrevivência para pagar internet e adquirir computadores. Esse exemplo aponta para um de muitos motivos da exclusão digital ocorrido pela falta de acessibilidade as ferramentas digitais

A sociedade atual em que vivemos está sendo definida por autores como sociedade em rede graças a enorme diversificação das tecnologias nesse ambiente social. Porém, é de surpreender que neste mesmo ambiente e em pleno século XXI ainda ocorra a grande presença de pessoas excluídas digitalmente.

A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes [...] (CASTELLS, 2005, p. 20).

A existência desse oceano de informações disponíveis nessa sociedade em rede, de nada vale às pessoas que não podem acessá-las, seja pela inexistência de acesso as ferramentas tecnológicas, seja pela falta de conhecimentos para operá-las. Por isso,

[...] a inclusão digital é um processo que deve levar o indivíduo à aprendizagem no uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e ao acesso à informação disponível nas redes, especialmente àquela que fará diferença para a sua vida e para a comunidade na qual está inserido. (RIBEIRO, 2006, p. 5).

Melo (2006, p. 3) afirma que à medida que incidiu o uso do computador e da internet pela sociedade, eles passaram a exercer influência na transformação social, delegando mudanças econômicas, culturais e educacionais em diversos aspectos sociais. Com isso,

[...] na marcha dos programas de inclusão digital é a própria sociedade que se vê mais enredada pelo computador. Quanto mais ele se torna utilizado por todo e qualquer segmento da sociedade, mais ele se coloca como mediador necessário para o conjunto de atividades humanas. (CAZELOTO, 2008, p. 18).

Sobre o assunto Valle (2013, p.140) define que:

Assim, a inclusão digital representa a oportunidade de democratização, contribuindo na construção de novos sujeitos sociais que sejam capazes de interferir no processo de transformação de sociedade. Para isso, os profissionais de educação, as escolas e as políticas públicas devem ser em defesa de uma educação que possa dar oportunidade para todos [...] (VALLE, 2013. p. 140).

Dessa forma, estar incluído digitalmente se tornou uma necessidade à própria sobrevivência humana nessa sociedade considerada pós-moderna, pois quase todas as atividades que uma pessoa for realizar hoje, exige a participação direta ou indireta de uma tecnologia digital. E, que apesar dessa sociedade ser considerada uma sociedade digital e em rede, no entanto, é fato reconhecer a existência de um contingente muito grande de pessoas sem acessibilidade as tecnologias de informação e comunicação.

2.1 Inclusão Digital Dentro e Fora da Escola

Além da falta de poder aquisitivo da população que foi ressaltado anteriormente, é neste mesmo cenário que surgem os excluídos digitais motivados pela falta de informação e pelo preconceito na utilização das tecnologias, seja pelo temor de serem substituídas por máquinas no mercado de trabalho, seja pela perda de sua privacidade.

A preocupação atual com a invasão de privacidade provocada pela convivência cotidiana com as tecnologias de informação e comunicação leva a interpretações equivocadas sobre o conceito de tecnologia. O imaginário das pessoas cria situações em que artefatos tecnológicos adquirem vida própria com elevado nível de inteligência e se tornam salvadores do mundo ou ameaçam aniquilar toda espécie de vida. (ALMEIDA, 2005, p. 40).

Quando esse discurso permeia entre os profissionais da educação, surge a necessidade de quebrar esses preconceitos que atrapalham a utilização das tecnologias como ferramentas didáticas no ambiente de trabalho educacional, precisando assim ser mais bem debatida e discutida a importância da sua utilização.

[...] O computador não é um substituto para o ser humano, é sua conquista, não seu senhor. A construção de conhecimentos envolve a coragem de enfrentar novos desafios e de vencer o medo de errar que o computador minimiza porque oferece oportunidade de realizar os exercícios em ritmo próprio envolvendo a cooperação. (VALLE, 2013, p. 139).

A escola tem um papel fundamental nesse cenário onde a inclusão digital tenta se sobressair diante da exclusão digital. O professor principalmente os que trabalham nas escolas públicas de periferia, que tem o contato direto com alunos em vulnerabilidade social, precisa ter o compromisso de possibilitar aos seus estudantes o acesso às mesmas informações e conhecimentos que tem os filhos das famílias mais abastadas financeiramente. Mesmo que o educador não consiga ensinar tudo o que for necessário em termos de conteúdos, ele precisa ensinar diferentes formas para que o próprio aluno possa buscar quando necessário.

[...] Na sociedade da informação, onde a aprendizagem ocorre durante o período de vida, as escolas não deveriam apenas distribuir informação, mas também criar uma autoconfiança e competências sociais, bem como ajudar os alunos a auto-realizarem-se identificando os seus talentos e paixões criativas. Além disto, o desafio associado à aprendizagem vitalícia na sociedade da informação, requer que as pessoas aprendam a aprender — e que se tornem capazes de identificar problemas, gerar ideias, ser autocríticos, resolver problemas e trabalhar com outras pessoas. A formação de professores devia ser mais atenta a estes assuntos. (HIMANEN, 2005, p. 362).

Por isso, se torna importante que além da disponibilização das ferramentas tecnológicas, a escola, ou os órgãos responsáveis por ela, deve também promover a capacitação dos seus profissionais para eles terem condições de interagir pedagogicamente com estas tecnologias.

Sendo assim, o planejamento e capacitação dos professores que atuam nas instituições de ensino público devem priorizar o uso dos computadores no ambiente educacional, diminuindo a resistência dos docentes que se tornam relutantes seja

pela falta de conhecimento seja pelo preconceito em interagir com esta tecnologia. Pois é fato que, o sucesso desse planejamento refletirá na diminuição dos excluídos digitais e conseqüentemente na boa qualidade da prática pedagógica em nossas escolas.

2.2 O Computador como Tecnologia de Informação e Comunicação na Educação

Dado a realidade apresentada sobre a importância que os computadores propõe para a qualidade da educação, e tendo como conceito que os mesmos podem ser definidos como TICs, ou seja, “aquela tecnologia que se aplica às áreas da informática, telecomunicações, comunicações, ciência da computação, engenharia de sistemas e de software” (MELO; LEITÃO, 2010, p. 100). É fundamental que o professor tenha um olhar mais direcionado às possibilidades que essas ferramentas podem proporcionar para a qualidade da educação.

Estas tecnologias surgem no cenário educacional por volta da década de 50, a princípio, seu uso tinha a função principal de armazenar informação. No Brasil, as escolas passaram a usar os computadores a partir de 1980 com uso restrito “às atividades administrativas e burocráticas. [...] Aos poucos, tarefas que eram feitas a mão ou nas velhas máquinas de escrever, nas secretarias das escolas, passaram a ser feitas por computador” (GENTILINE, 2013, p. 39- 40).

Posteriormente elas se tornariam ferramentas fundamentais para auxiliar os professores e alunos no processo de produção do conhecimento, uma vez que, o método tradicional de ensino onde é necessário decorar para “aprender” já não corresponde mais a realidade desse século. Agora, o desafio tem sido fazer com que estas ferramentas sejam melhores aproveitadas no ambiente escolar.

[...] Em uma sociedade organizada em torno da informação, a educação escolar tem seu papel multiplicado, pois é dela que depende a formação de indivíduos capazes de aprender continuamente. É necessário pensar o ensino nas escolas e a aprendizagem articulados aos processos de inclusão digital. É uma política essencial para deixar a sociedade mais preparada para as mudanças em curso e as que estão por acontecer. (RAMOS, 2010, p. 15).

Atualmente, tanto para os professores como para os alunos, o uso do computador e da internet estão se tornando essenciais no ambiente escolar. Isto acontece pela dinamização proporcionada por estas tecnologias durante a realização de atividades educacionais que potencializam o desenvolvimento da prática pedagógica e que otimizam a assimilação dos conteúdos trabalhados.

Hoje, a utilização de computadores na educação é muito mais diversificada, interessante e desafiadora, do que simplesmente a de transmitir informação ao aprendiz. O computador pode ser também utilizado para enriquecer ambientes de aprendizagem e auxiliar o aprendiz no processo de construção do seu conhecimento. (VALENTE, 1999, p. 11).

Em se tratando do discente ao chegar à escola, o mesmo traz muitos saberes adquiridos em suas relações sociais e culturais extraescolares, por isso, a “prática social” deve ser o ponto de partida no processo de ensino e aprendizagem. Mesmo que inicialmente os alunos e os professores tenham pontos de vista diferentes em relação a um mesmo objeto, é possível que haja aprendizado significativo após o desenvolvimento de um bom trabalho pedagógico (SAVIANI, 2002). É importante pensar em uma prática pedagógica de mão dupla que sistematize os conhecimentos empíricos dos alunos, dando-lhes acesso aos conhecimentos científicos. Sabe-se que:

O modelo tradicional de escola, fixado há aproximadamente 300 anos, está preso a um formato fechado em que o professor é o agente responsável pela transmissão do conteúdo. Ano após ano, professores e alunos têm de cumprir um currículo preestabelecido, estruturado por disciplinas. Não faz muito tempo, a pedagogia concentrava-se exclusivamente nos processos de ensino, numa via de mão única, cabendo ao aluno o papel de mero receptor. As novas teorias de aprendizagem propõem que o aluno seja capaz de construir seu próprio conhecimento e que tenha um papel mais ativo e crítico. (COUTINHO, 2005, p.33).

Já pelo ponto de vista do docente quando este participa da formação continuada ou inicial, o mesmo deve ser instigado a ter uma postura profissional de construir conhecimentos ao invés de transmitir conteúdos. Neste processo, faz-se relevante que no currículo dessa formação sejam contempladas com diretrizes que oportunizem a realização de atividades pedagógicas com o uso das TICs.

Ensinar e aprender exige hoje muito mais flexibilidade espaço-temporal, pessoal e de grupo, menos conteúdos fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação. Uma das dificuldades atuais é conciliar a extensão da informação, a variedade das fontes de acesso, com o aprofundamento da sua compreensão, em espaços menos rígidos, menos engessados. (MORAN, 2000 p.138).

Sobre o assunto não há dúvida que as TICs representam uma grande oportunidade de aprendizado para os alunos, mas para que isso aconteça é fundamental que o professor se prontifique a desenvolver as competências que são necessárias. “[...] é preciso que ele esteja engajado em programas de formação, participando de comunidades de aprendizagem e produção de conhecimento” (ALMEIDA, 2005, p. 43).

Desta forma, o educador que enveredar pelo uso das ferramentas tecnológicas em sua prática pedagógica deve ter domínio das funções técnicas e didáticas destas tecnologias. Precisa também conhecer as aptidões comuns dos seus alunos para propor atividades que para a sua realização abranja a participação da turma em sua maioria.

Como exemplo de um procedimento didático para o uso das TICs, está na criação de uma página nas redes sociais onde o professor e seus alunos possam se encontrar, de maneira que o aprendizado direcionado ultrapasse o pré-estabelecido pelo sistema de ensino que ambos fazem parte.

Moran (2000, p. 45) afirma que “[...] o professor pode criar uma página pessoal na internet, como espaço virtual de encontro [...]” De forma *on-line*, todos podem participar na construção do conhecimento dando suas opiniões, fazendo suas perguntas e pesquisando em outros *sítios* caso seja necessário.

É fundamental que o professor que optar em trabalhar com as TICs, encontre o apoio necessário por parte da equipe gestora da instituição. Moran (2000, p. 17) diz que “as mudanças na educação dependem também de termos administradores, diretores e coordenadores mais abertos, que atendam todas as dimensões que estão envolvidas no processo pedagógico”, [...]. que nesse caso em especial, é a formação em TICs.

O desenvolvimento de uma cultura informática é essencial na reestruturação da gestão da educação, na reformulação dos programas pedagógicos, na flexibilização das estruturas do ensino, na interdisciplinaridade dos conteúdos [...] (KENSKI, 2003, p. 86).

Após o exposto, reconhece-se que o poder público em parceria com a comunidade (escolar) deverá assumir a responsabilidade em planejar, criar e institucionalizar políticas públicas que possibilite o desenvolvimento de ambientes educacionais mediante a formação continuada que utilizem as TICs como ferramentas pedagógicas, principalmente para aqueles ambientes em que existe a presença de docentes e discentes que ainda são analfabetos digitais.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL PARA A EDUCAÇÃO

Utilizando como “ponto de partida” o que preconiza o pensamento liberal vigente na sociedade atual, onde “todos os indivíduos são iguais por natureza e igualmente portadores de direitos naturais aos quais eles não podem, em hipótese alguma, abdicar: os direitos à liberdade e à propriedade” (COELHO, 2009, p. 32).

E que sobre o assunto Leal e Brant (2012) defendem que o Estado mediante as políticas públicas deve possibilitar e garantir “às populações carentes” o crescente e livre acesso aos computadores e ao mundo informatizado, para romper com as barreiras que isolam os que não têm condições de adquirir tecnologias da informação.

[...] o que deve ser guardado para o entendimento da relação entre tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados [...]. (CASTELLS, 1999, p. 49).

Baseado nessa concepção liberal entende-se que o Art. 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988 ao garantir “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho” (BRASIL, 1988), está dando abertura à criação de políticas públicas para inclusão digital a fim de equalizar as diferenças existentes no seio da sociedade e, acima de tudo cumprir os direitos sociais garantidos em lei para toda a população.

Justo que, de acordo com esta mesma Constituição, ter acesso às tecnologias é um direito social da população, embora, o documento não faz menção da nomenclatura “computador”, pode-se entender que o termo, “capacitação tecnológicas” existente no Art. 218 desse mesmo documento, abrange também as Tecnologias de Informação e Comunicação.

O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. [...]
 § 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho. (BRASIL, 1988 p.36).

Sobre o assunto a Presidência da República se posiciona mediante a criação do decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011 (Art. 15) que concede ao Ministério das Comunicações suas obrigações em relação a implementação da inclusão digital com as seguintes recomendações:

- I - formular e propor políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos à inclusão digital do Governo Federal;
- II - planejar, coordenar, supervisionar e orientar as ações de inclusão digital do Governo Federal; e
- III - executar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, em articulação com órgãos e instituições internos e externos. (BRASIL, 2011).

No que se refere a Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB 9394/96) que trata sobre a educação profissional e tecnológica, fica estabelecido que a “educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 1996).

Mesmo sabendo da importância dos computadores na educação, o uso consciente e pedagógico das TICs nesse ambiente ainda é escasso. Isso acontece por que a elaboração e aplicação das políticas públicas no Brasil “chegam um tanto quanto atrasadas nesse campo” (GENTILINI, 2013, p. 41).

Mesmo com esse atraso o Governo brasileiro passou a disponibilizar computadores para as escolas com a finalidade de promover a inclusão digital nas instituições de ensino público. Porém, essa iniciativa veio a ser executada sem antes capacitar os profissionais da educação para atuarem com essas ferramentas e, isso causou “medo, insegurança e não raro, resistência por parte dos educadores” (GENTILINI, 2013, p. 41). Assim, o simples fato de existir a disponibilidade de computadores na escola não é garantia de inclusão digital.

Reconhece-se que mesmo com a existência de diversos problemas estruturais que permeiam o sucesso de algumas políticas públicas de inclusão digital no Brasil, não se pode negar que na intenção de atender o direito de acessibilidade digital que a sociedade brasileira tem por direito, são tomadas diversas medidas por parte dos poderes constituídos a fim de elaborar e executar estas políticas que diminuam a exclusão digital no país. Dentre as existentes, se destaca o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) que além de disponibilizar

laboratórios de informática à maioria das escolas brasileiras, também oferece cursos básicos de capacitação em TICs para professores.

3.1 ProInfo

Mediante a missão de “disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de 1º e 2º grau pertencentes às redes estaduais e municipais” (BRASIL, MEC. 1997). O Governo Federal criou por meio da portaria nº 522 de 09/04/1997 o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) com o propósito de promover a inclusão digital em todo o território nacional.

Na contextualização e justificativa do programa é possível perceber que o ProInfo busca responder às novas exigências educacionais que a reestruturação capitalista impõe no atual momento. Frente às amplas alterações que a informática educativa pode possibilitar, o programa atribui um peso bem maior para as mudanças determinadas pelo mercado, e que estariam a exigir novas habilidades cognitivas, relacionais e comunicacionais do trabalhador. (ALVES, 2009, p. 65).

A criação desse programa acontece mediante as mudanças ocorridas no processo de produção, os quais sofreram alterações consideráveis nos últimos anos por influência do desenvolvimento de novas tecnologias.

A exigência de novos padrões de produtividade e competitividade em função dos avanços tecnológicos, a visão de que o conhecimento é a matéria-prima das economias modernas e que a evolução tecnológica vem afetando não apenas os processos produtivos, mas também as formas organizacionais, as relações de trabalho e a maneira como as pessoas constroem o conhecimento e requerem um novo posicionamento da educação. [...] é preciso, também, desenvolver novos hábitos intelectuais de simbolização e formalização do conhecimento, de manejo de signos e representação, além de preparar o indivíduo para uma nova gestão social do conhecimento apoiada num modelo digital explorado de forma interativa. (Brasil, 1997, p. 2).

A partir da sua elaboração, quando as escolas passaram a receber os laboratórios de informática, o programa criou o NTE (Núcleos de Tecnologia Educacional) que permitiu a criação dos NTE (Núcleos de Tecnologia Estadual) e

(Núcleos de Tecnologia Municipal), cuja função é dar suporte técnico e pedagógico aos professores que irão trabalhar com os computadores. O programa também estabeleceu em suas diretrizes critérios para a escolha dos profissionais para compor esse núcleo na intenção de oferecer as capacitações aos professores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem com o uso dos computadores e de softwares. Dentre os diversos critérios expostos no documento destacam-se a:

Seleção e capacitação de professores oriundos de instituição de ensino superior e técnico-profissionalizante, destinados a ministrar a formação de professores multiplicadores;
 Seleção e capacitação de professores multiplicadores, oriundos da rede pública de ensino de 1º e 2º graus e de instituições de ensino superior e técnico-profissionalizante;
 Seleção e formação de técnicos com suporte em informática e telecomunicações.
 Seleção e formação de professores da rede pública de ensino de 1º e 2º graus (que atuarão nas escolas, com os equipamentos e software pelo MEC). (MEC, 1997, p. 7).

Desta forma, identificamos como uma das principais atribuições dos NTEs a garantia de capacitação e de apoio à prática do ensino baseado no uso dos computadores. Portanto, seu sucesso depende diretamente da aceitação, da participação e do aproveitamento pelos professores que escolhem participar do ProInfo.

Ocorre que, uma década após o lançamento do ProInfo, ele foi reestruturado pelo Decreto nº 6.300 em 2007, e passou a ser chamado de Programa Nacional de Tecnologia Educacional. Porém, mesmo com essa reestruturação o programa continuou tendo a mesma sigla (ProInfo). Com as novas mudanças a proposta agora é de proporcionar aos alunos da educação básica o direito de também usufruírem dos recursos digitais oferecidos pelas TICs que antes era destinado apenas ao ensino fundamental e médio, os quais recebiam naquele tempo a nomenclatura de 1º e 2º grau.

A partir das mudanças ocorridas nessa nova roupagem do programa, o desafio se tornara maior devido à grande quantidade de professores que nunca trabalharam pedagogicamente com o computador nessa modalidade educacional.

A introdução das novas tecnologias e sua aplicação no ensino em nada diminuiu o papel do professor [...] O professor deixou de ser o único detentor do saber e passou a ser um gestor das aprendizagens

e um parceiro de um saber coletivo [...] Deste modo, compete-lhe exercer toda a sua influência no sentido de organizar o saber que, muitas vezes, é debitado de uma forma caótica, sem espírito crítico e sem eficácia. O novo perfil do professor levará, decididamente, a situá-lo na vanguarda do processo de mudança que a Sociedade da Informação pôs em marcha [...]. (Lima, 2006, p. 4).

Sabe-se que desde quando os computadores chegaram às instituições de ensino público através do ProInfo, começou o desafio de capacitar os professores para desenvolverem projetos “que integrassem as várias tecnologias – Informática, TV, rádio e livro – com a sala de aula” (COUTINHO, 2005, p. 33). Para o mesmo autor, o objetivo central dessa proposta é repensar em conjunto com os professores o quanto o modelo tradicional de ensino está ultrapassado e insuficiente e não obstante, propor que as TICs ajudem na mudança de concepção de aprendizado que perneia na escola.

3.2 ProInfo Integrado: uma proposta de formação continuada utilizando o *Linux* Educacional

Torna-se importante ressaltar novamente que uma das principais políticas públicas de inclusão digital do governo para auxiliar o trabalho do professor com os computadores é o ProInfo. Contemporâneo a este programa surgira também a proposta de formação continuada conhecida como Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado).

Sobre o conceito de formação continuada Libaneo (2004, p.227) define que:

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. (LIBANEO, 2004, p.227).

O propósito desse programa é ofertar às equipes pedagógicas das escolas uma “formação voltada para o uso didático-pedagógico das TICs no cotidiano

escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais” (BRASIL, 2013).

Sabe-se que muito dos professores que atuam em sala de aula não conseguiram acompanhar todo esse desenvolvimento tecnológico dos últimos anos. Por isso, se explica a existência daqueles que ainda relutam com uma prática pedagógica arcaica, que não corresponde com a realidade da sociedade contemporânea. Porém na concepção de Bonato; Silva e Lisboa (2013 p. 71) o professor atual, não pode ter medo das máquinas, elas devem ser usadas com o propósito de romper com a metodologia tradicional a fim de adequar os sistemas de educação às diversas realidades e necessidades dos alunos.

Assim sendo, as formações continuadas ministradas nos NTEs através do ProInfo Integrado é composta por uma grade curricular com quatro cursos cujo objetivo é de que ao final de todas as etapas dessa formação, o professor tenha adquirido o suporte técnico pedagógico necessário para trabalhar com o computador e com o sistema Linux educacional dentro do ambiente escolar.

O primeiro curso oferecido é o de “Introdução à Educação Digital”, que conta com uma carga horária de sessenta horas (60 h) e que tem como objetivo promover a inclusão digital aos profissionais da educação, “preparando-os para utilizarem os recursos e serviços dos computadores com sistema operacional Linux Educacional, dos softwares livres e da Internet” (BRASIL. 2013). Nessa etapa, a prioridade de oportunizar ao professor que nunca utilizara o computador com sistema operacional Linux (ou qualquer outro sistema) e que se dispõe ao desafio de aprender o novo.

O segundo curso tem uma carga horária de 60h e é intitulado de “Tecnologias na Educação” que busca oferecer “subsídios teórico-metodológicos práticos para professores e gestores” (BRASIL. 2013) trabalharem com o computador.

Com uma carga horária de quarenta horas (40h), o curso de “elaboração de projetos” pretende proporcionar ao professor:

- Identificar as contribuições das TIC para o desenvolvimento de projetos em salas de aula;
- Compreender a história e o valor do trabalho com projetos e aprender formas de integrar as tecnologias no seu desenvolvimento;
- Analisar o currículo na perspectiva da integração com as TIC;
- Planejar e desenvolver o Projeto Integrado de Tecnologia no Currículo (PITEC);
- Utilizar os Mapas Conceituais ao trabalho com projetos e tecnologias, como uma estratégia para facilitar a aprendizagem. (BRASIL, 2013).

Na terceira etapa, a expectativa é que o cursista já tenha absorvido um domínio básico dos recursos do computador e do sistema Linux e que execute atividades com dinâmicas diferenciadas aos alunos.

Para finalizar o ciclo de formação, o último curso ministrado pelo ProInfo Integrado é o de “Redes de Aprendizagem” com quarenta horas (40h) de duração. De acordo com o Ministério de Educação e Cultura (MEC), esse curso tem como objetivo preparar os professores para abraçarem o papel da escola diante da cultura digital que se propaga nessa sociedade, dando-lhes condições de utilizarem as novas mídias sociais no ensino.

Tornando-se então, fundamental que o cursista ao iniciar o primeiro curso dê continuidade aos demais, porque a sua grade foi desenvolvida de forma que as modalidades do curso se complementam durante o processo de desenvolvimento de todas as modalidades. Ao final, o cursista terá recebido o equivalente a duzentas horas (200 h) de formação continuada.

Após tudo que fora apresentado destacamos que agora é preciso se adaptar as mudanças impostas pela linguagem digital, pois ela influencia cada vez mais a constituição do conhecimento (KENSKI, 2007). Superando o método tradicional da linguagem oral que fora usada anteriormente como principal meio de interação dos professores com seus alunos.

Desta forma, massifica-se o discurso que a escola deva ser um ambiente capaz de oferecer acessibilidade as TICs. Por um lado deve propor a inclusão digital para aqueles não tem acesso aos computadores em outros ambientes, e por outro, ela precisa permitir que todos professores e alunos possam usar os recursos do computador, independente da classe social de cada um. Pois como defende Takarashi (2000, p. 38) “O nível de alfabetização digital da população brasileira é muito baixo. As oportunidades de aquisição das noções básicas de informática indispensáveis para acesso à rede e seus serviços são insuficientes”.

Mesmo diante da iniciativa de capacitar os profissionais da educação para usarem o computador nas escolas, ainda assim existem muitos desafios para que a inclusão digital possa acontecer em seu aspecto mais completo na educação. Frequentemente “[...] ocorrem problemas de falta de pessoal especializados para dar assistência na manutenção e bom funcionamento dos locais, bem como no

aprendizado correto da informática e sua utilização na educação” (GENTILINI, 2013, p. 44).

Isso tudo nos sobressai com a experiência das políticas públicas que foram executadas no Brasil anteriormente e as mesmas nos arremetem para que as políticas que estão em fase de elaboração para o uso do computador na educação pensem além do oferecimento dos recursos físicos e de estrutura, mas sim, na necessidade de material humano que usufrua de uma formação continuada que melhore o nível técnico e pedagógico dos profissionais que atuam nesta área.

É preciso registrar que esse trabalho não tem como objetivo avaliar o nível de qualidade dos cursos oferecidos pelo Proinfo Integrado. No entanto, para se chegar aos objetivos estabelecidos por esta formação continuada é necessário averiguar a importância que os professores atribuem ao mesmo para a sua prática pedagógica no ambiente escolar.

4 METODOLOGIA

4.1 Local do Estudo

O cenário escolhido para realizar essa pesquisa foi uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, localizada em um bairro na periferia do município de Ariquemes-RO.

Essa escola está localizada no bairro Setor 11 e atende, segundo informações obtidas na secretaria própria da escola, uma média de 451 estudantes. Essa variação no número de alunos em média, é justificada pela constante entrada e saída de alunos da escola (transferência e evasão).

Esses alunos permanecem na escola em período integral (manhã e tarde) e são distribuídos entre o primeiro e o quinto ano do ensino fundamental.

4.2 Participantes do Estudo

Essa escola atende seus alunos em tempo integral, por meio do Projeto Burareiro, devido a isso há uma rotatividade muito grande dos professores que trabalham no período oposto ao das aulas, isto é, no período em que ocorrem as oficinas pedagógicas. Essa rotação acontece porque os profissionais que atendem esse projeto não são funcionários estatutários, trabalhando apenas temporariamente sem registro na carteira profissional de trabalho. A maior parte é voluntária e recebe apenas o auxílio transporte, pago pelo Programa Mais Educação no valor de quatrocentos reais (R\$ 400), enquanto outros são contratados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) como estagiário e remunerados com um (01) salário mínimo por meio de contrato cujo tempo de duração varia de um a dois anos.

O critério adotado para a seleção dos participantes nessa pesquisa foi a permanência do professor durante o ano letivo de 2013 e que o mesmo fosse efetivo, deste modo foi possível acompanhar e analisar seu dia-a-dia comparando se as respostas obtidas destes participantes por meio do questionário e das entrevistas era compatível com suas ações. Dentro desse critério, foram convidados 21 professores estatutários para participarem da pesquisa.

4.3 Instrumentos Utilizados e Variáveis Pesquisadas

A fim de obter a autorização para aplicar os questionários por meio de entrevista, os participantes da pesquisa, receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelo pesquisador, no qual foram descritos detalhadamente os objetivos da pesquisa e a garantia de manter todos os dados pessoais dos entrevistados em sigilo, sendo os mesmos utilizados exclusivamente para finalidade de produção de trabalhos acadêmicos e científicos sem identificação dos participantes. (APÊNDICE A)

Para coletar as informações desta pesquisa foi utilizado um questionário (APÊNDICE B) composto de 32 questões abertas e fechadas. Por meio desse instrumento foi possível realizar o levantamento dos seguintes grupos de informações: a) formação acadêmica inicial e continuada, neste último caso foram considerados os cursos específicos de curta duração na área das TICs; b) quantidade de computadores para uso dos professores e alunos ou de outras ferramentas tecnológicas na escola para uso pedagógico pelos professores (projeto multimídia, câmera fotográfica, caixas de som, televisão, aparelho para DVD); c) conhecimento para uso de programas computacionais e equipamento relacionados com as TICs, finalidade, local e frequência de uso destes programas e equipamentos.

Após os levantamentos dessas informações, o próximo passo foi verificar a aptidão dos professores em trabalhar com as TICs e os programas a ela relacionados. Essa foi a parte observacional da pesquisa.

4.4 Forma de Análise dos Dados Obtidos

Os dados obtidos foram analisados primeiramente pelo viés do método quantitativo e sequencialmente pelo qualitativo.

A pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.” (MEREZI, 2003, p. 8). A opção por esse método se deve a necessidade de se fazer um levantamento sólido do percentual de professores analfabetos digitais que compõe o quadro docente. O questionário foi elaborado de maneira que atendesse diversas categorias de análise, que necessariamente se completavam dentro do

contexto em questão para dar um sentido geral ao instrumento. E para a análise dos dados e na elaboração dos gráficos utilizou-se do software EXCEL da Microsoft.

Em relação à abordagem qualitativa, a análise foi feita a fim de compreender as aptidões dos professores para trabalhar com as TICs em sua prática pedagógica. Também foi necessário analisar as razões pelas quais alguns professores não usavam o computador em sua rotina pedagógica, mais precisamente, se era por uma questão pessoal por não atribuírem importância às TICs dentro da sala de aula ou se pela falta de domínio técnico dessas ferramentas pela ausência de formação continuada.

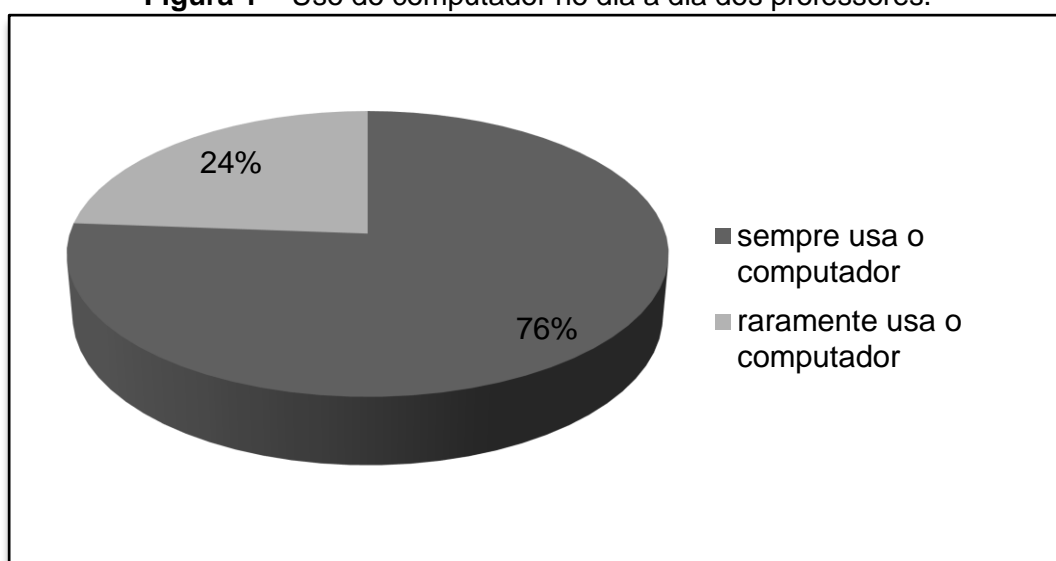
A pesquisa qualitativa é frequentemente descrita como sendo essencialmente indutiva em sua abordagem, o que quer dizer que a mesma é conduzida pelos dados, sendo os resultados e conclusões extraídos diretamente destes últimos. Isto contrastaria com a abordagem dedutiva, através da qual ideia e hipóteses formuladas são testadas em dados coletados especialmente com este propósito. (MAREZI, 2003, p. 69).

Após as entrevistas e os dados coletados mediante a aplicação dos questionários, a próxima etapa da pesquisa se restringiu a análise e discussão das informações levantadas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um primeiro resultado que merece ser analisado detalhadamente é a baixa adesão às formações continuadas na área das TICs por parte dos professores, embora o uso do computador pelos mesmos tenha demonstrado ocorrer em sua totalidade, sendo que mais de dois terços deles o fazem sempre (Figura 1).

Figura 1 – Uso do computador no dia a dia dos professores.



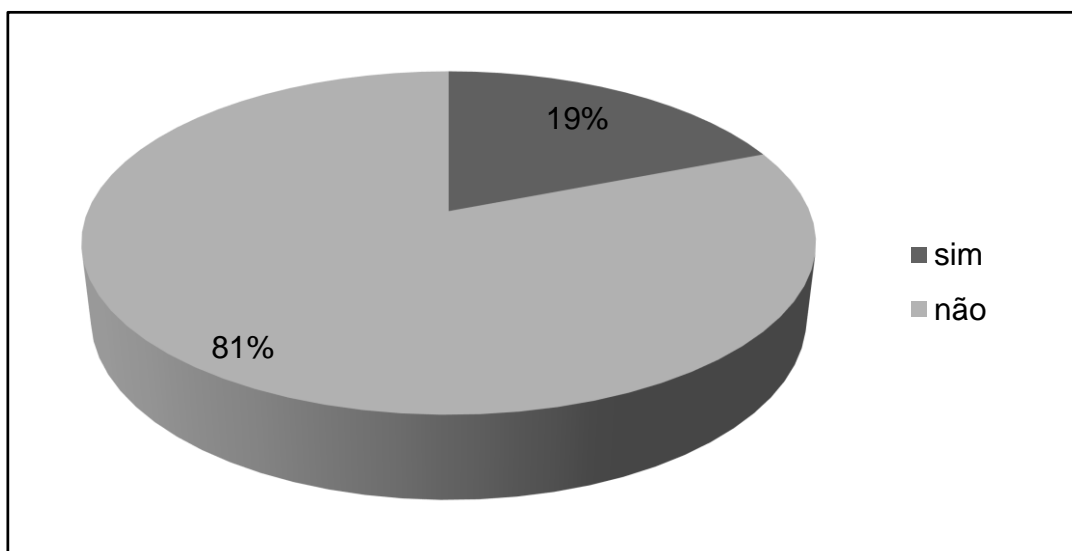
Fonte: Próprio autor.

Contudo, ao se analisar a finalidade desse uso, observa-se que todos os professores entrevistados afirmaram realizar predominantemente atividades básicas no computador (n=21). Isso ficou evidente durante a observação da prática cotidiana desses professores, por meio da qual se verificou que esse uso ocorre em diversas atividades extrapedagógicas, por exemplo, acessar as redes sociais, assistir vídeos na internet, fazer compras e entre outros. Dessa forma, o uso pedagógico mais comum e ainda assim de modo muito restrito é a busca e impressão de atividades prontas para serem desenvolvidas em sala, as quais nem sempre são encontradas.

Embora, Valente (ca1999, p. 11) afirma que uso do computador é importante para “enriquecer ambientes de aprendizagem e auxiliar o aprendiz no processo de construção do seu conhecimento”, entretanto, como a pesquisa identificou, a forma de uso dos computadores feita pelos professores não contribui para o aprendizado do aluno.

Dentro desse contexto, é importante destacar a disponibilidade do ProInfo Integrado, que é oferecido aos profissionais da educação no NTE como proposta de formação continuada para trabalhar com as TICs através da Prefeitura Municipal de Ariquemes em parceria com o Governo Federal, que é o mentor desse programa em nível nacional. O fato é que, mesmo com o oferecimento gratuito desse curso, a maioria dos professores da referida escola não se interessaram em fazê-lo e, os que iniciaram o primeiro módulo, não deram continuidade aos demais (Figura 2). Isso explica a baixa frequência de uso das ferramentas tecnológicas por parte desses professores para a finalidade pedagógica.

Figura 2 – Participação em formação continuada para usar as TICs.



Fonte: Próprio autor.

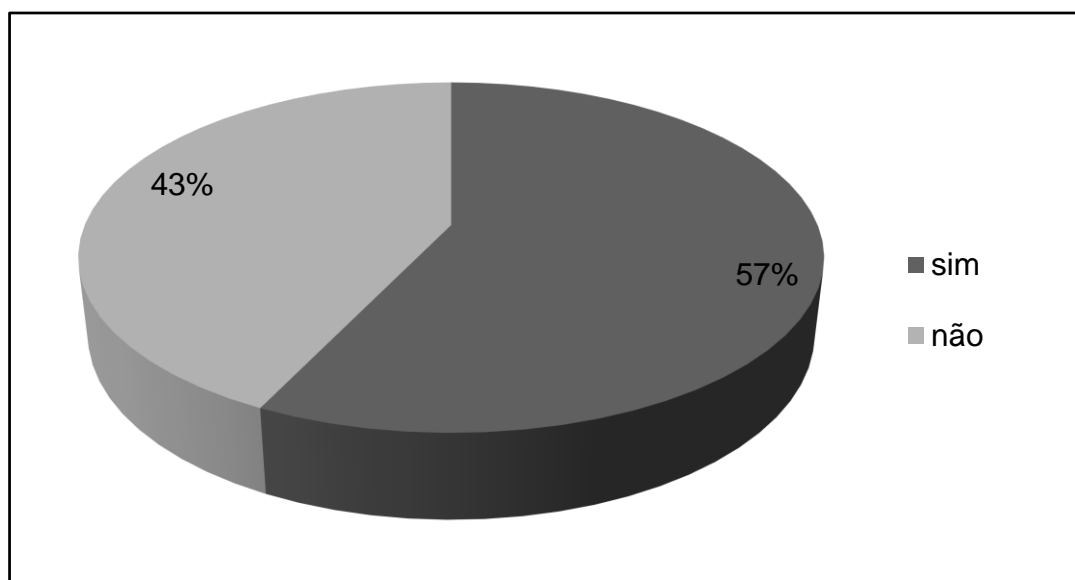
Ainda segundo a figura 2 e reforçando a baixa capacitação dos professores descrita anteriormente, entre todos os professores que utilizavam o computador no dia a dia, a maioria deles (n= 17) afirmou que não recebeu nenhum tipo de formação específica para uso desta ferramenta como recurso didático.

De acordo com o relato dos professores que fizeram o curso “Inclusão Digital” que é o primeiro curso do ProInfo, eles não obtiveram um bom aproveitamento dos conteúdos ministrados. Disseram ainda, que a formação não foi suficiente para capacitá-los para o uso do Linux Educacional.

É preocupante que mesmo sem participar de formação continuada para trabalhar com as TICs na educação, a maior parte dos professores (n= 12), garantem usar o computador como ferramenta pedagógica no processo de ensino e

aprendizagem com os alunos (Figura 3), no entanto, a afirmação do uso do computador por esses professores não condiz com o que a observação realizada in loco possibilitou identificar no que diz respeito a participação dos alunos nesse uso.

Figura 3 – Uso do computador como ferramenta didática.



Fonte: Próprio autor.

Dessa forma, quando o computador é usado por um professor quem não possui uma preparação teórica que direcione esse trabalho, pode ocorrer que os recursos existentes no computador que deveriam ser direcionados para o aprendizado do aluno, não sejam plenamente explorados pedagogicamente e tecnicamente pela falta de capacitação. Isso não significa que todos professores que estão trabalhando com as TICs sem ter recebido formação continuada para o uso do computador na educação não alcancem seus objetivos, pois, dependendo das suas experiências pessoais em relação ao uso das ferramentas tecnológicas, ele poderá encaminha-las ao seu trabalho pedagógico com facilidade. Mesmo assim, é inegável que com uma formação continuada específica para trabalhar com as TICs o educador alcançará os objetivos estabelecidos com mais segurança.

É importante que o professor participe regularmente das formações continuadas para trabalhar com as TICs, onde será possível construir [...] “conhecimento sobre os aspectos computacionais, compreender as perspectivas educacionais subjacentes às diferentes aplicações do computador e entender por

que e como integrar o computador na sua prática pedagógica” [...]. (VALENTE, 2005 p. 30).

Durante a observação se percebeu que algumas TICs são usadas pelos professores mais sem muitos princípios pedagógicos e principalmente, sem a interatividade com os alunos. Ao desenvolver uma atividade de confecção de cartazes por exemplo, as fotos tiradas com a câmera digital são usadas apenas para preenchimentos de relatórios para a coordenação pedagógica e apresentação em eventos da própria SEMED. Outro exemplo é sobre a utilidade do micro projetor que é usado normalmente em reuniões de professores, para apresentar alguma mensagem em datas comemorativa, ou por palestrantes externos a instituição.

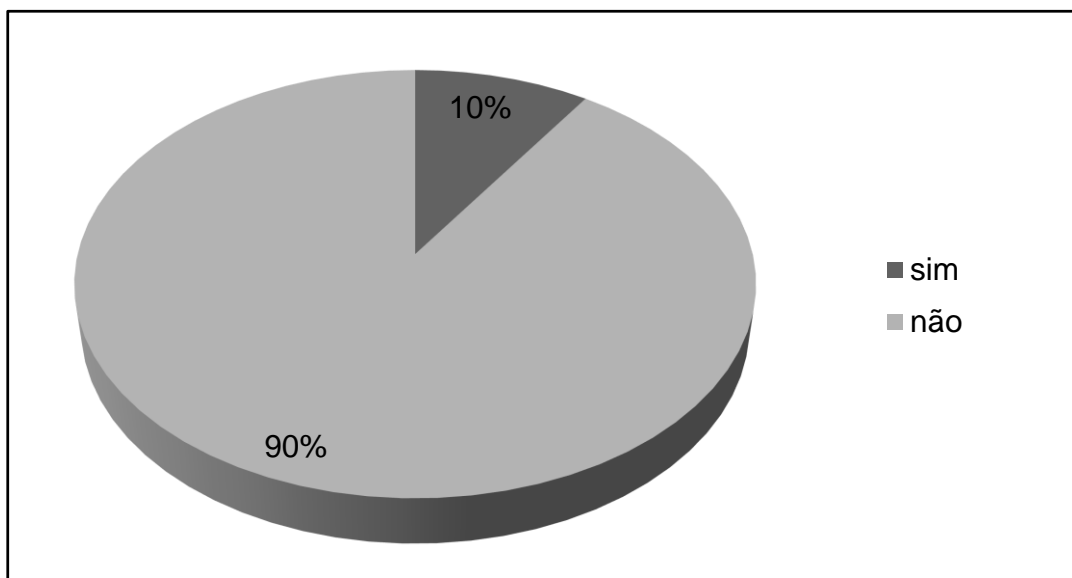
Ao passo que se reconhece a importância do computador como ferramenta didática com muitas possibilidades pedagógica, seu uso por parte dos professores deve ir além das práticas de pesquisar atividades prontas na internet, pois, na maioria das vezes elas vêm com uma linguagem que não corresponde a realidade cultural e social dos alunos. Essa prática por sua vez foi identificada como corriqueira pelos professores participantes desse estudo que afirmaram usar o computador pedagogicamente conforme demonstra a figura 3.

O computador apresenta um dos mais eficientes recursos para a busca e o acesso à informação. Existem hoje sofisticados mecanismos de busca que permitem encontrar de modo muito rápido a informação existente em banco de dados, em CD-roms e mesmo na Web. Essa informação pode ser um fato isolado ou organizado na forma de um tutorial sobre um determinado tópico disciplinar. Porém, como foi dito anteriormente, somente ter a informação não significa que o aprendiz compreenda o que obteve. (VALENTE, 2005, p.27).

É relevante descrever que o Linux educacional é o sistema instalado em todos os computadores do laboratório de informática dessa escola. Essa relevância se justifica pelo fato da minoria dos entrevistados (n= 2) terem admitido possuir apenas conhecimentos básicos para trabalhar nesse sistema (Figura 4). Para melhor compreensão, esses dois entrevistados representam a metade dos professores que participaram de formação continuada para trabalhar pedagogicamente com as TICs, ou seja, que dos poucos que fizeram o curso (n=4) a metade (n=2) não obtiveram aproveitamento após o sua realização. É necessário compreender que na medida como as tecnologias avançam, a educação cada vez mais precisa de “[...] pessoas humanas, evoluídas, competentes, éticas. São muitas informações, visões,

novidades. A sociedade torna-se cada vez mais complexa, pluralista e exige pessoas abertas, criativas, inovadoras, confiáveis (MORAN, 2007, p. 167).

Figura 4 - Sobre o uso do Linux Educacional.



Fonte: Próprio autor.

Sobre os motivos que explica o pouco aproveitamento dos conteúdos ministrados na formação continuada do ProInfo Integrado pelos professores, o principal deles ocorre pela falta de continuidade aos demais módulos do curso. Isso acontece por que a sua grade curricular é composta por quatro cursos sequenciais que depende efetivamente da conciliação da teoria com a prática e na continuidade nos demais cursos. A conclusão dessa formação continuada é importante para que sejam abertos novos horizontes quanto ao uso das TICs na educação, e se ao final de um módulo o cursista não assimilar um determinado conteúdo, terá uma nova oportunidade nos próximos cursos já que o aprendizado acontece de maneira continua.

A falta de interesse por parte dos professores em participar dos cursos do ProInfo Integrado ficou evidente no final do ano letivo de 2013, período que foi reaberta a inscrição para três, das quatro modalidades disponíveis pelo programa, mas, não houve nenhum professor da instituição que se matriculou em uma delas. Feitosa (2006, p.7) afirma que além dos problemas concernentes a participação dos estados e dos municípios na criação e manutenção dos laboratórios oferecidos para

as escolas através do ProInfo, a principal dificuldade de acordo com esse autor é sobre a falta de capacitação dos professores para trabalhar com as TICs.

Sobre o pouco domínio do Linux educacional (Figura 4) comparado com a afirmação da existência de 57% dos que disseram trabalhar com as TICs pedagogicamente, ficou clara a existência de uma dissociação entre o discurso e a prática.

Durante o período de observação *in loco* foi verificado que pela falta de um coordenador responsável pelo laboratório de Informática, os computadores ficavam muito tempo sem ser usado pelos professores, mesmo com a direção da escola autorizando o uso mediante um agendamento prévio junto a coordenação pedagógica da escola.

Rotineiramente ocorreu que o espaço físico do laboratório de informática foi usa por alguns professores para dar recuperação pedagógica em horário oposto ao regular, para alguns alunos que apresentavam dificuldade em alguma disciplina do currículo. O interessante é que mesmo diante de vários computadores, eles nem sequer eram ligados, o que confirma a existência da exclusão digital no ambiente escolar, seja por conhecimento técnico, seja pelo desconhecimento operacional do sistema Linux educacional.

Ainda reforçando o que fora dito anteriormente, sabe-se que e os cursos oferecimento pelo ProInfo Integrado ter como objetivo justamente em capacitar o professor para saber as noções mínimas de como usar o computador com o sistema Linux educacional. Ainda assim, essa pesquisa demonstra a existência de muitos profissionais da educação que resistem em fazê-lo, não se preocupando em se profissionalizar constantemente para acompanhar as mudanças ocorridas velozmente nessa sociedade.

6 CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento desse trabalho, tanto os dados obtidos pela pesquisa em campo, quanto pela concepção apresentada pelos autores estudados, apontam para a urgência de um maior planejamento voltado para a aplicação de políticas públicas que promova a inclusão digital nos ambientes escolares.

A pesquisa realizada identifica a predisposição do Governo Federal em capacitar os profissionais da educação para o trabalho com as ferramentas tecnológicas no ambiente escolar, através do oferecimento de computadores (ProInfo) e formação continuada (ProInfo Integrado). Porém, tendo como base a instituição de ensino pesquisada, a iniciativa dessas políticas públicas não surtiu o efeito esperado.

Sobre os motivos que impedem o sucesso do ProInfo Integrado na instituição apontou-se a pouca adesão dos professores nessa formação. Para entender as razões desse fenômeno, é necessário considerar que o professor da escola analisada tem que cumprir uma grade curricular complexa em sua estrutura, onde em um curto espaço de tempo é preciso fazer a abordagem de diversos conteúdos que não se resume unicamente ao desenvolvido em sala de aula, mas se estende por vezes para sua casa nos momentos que por direito, deveriam ser destinados a família, ao lazer etc. Assim, fica difícil para esse profissional aderir e dar prosseguimento aos cursos de formação continuada para trabalhar com as TICs uma vez que seus horários são extremamente corridos. Pois é fato que, mesmo com todos os cursos disponibilizados pelo ProInfo Integrado, ainda assim há uma carência muito grande de aproveitamento dessa formação continuada pelos professores pesquisados, os quais se enquadram na categoria de excluídos digitais, pois continuam reféns das práticas pedagógicas tradicionais.

Desta forma, reconhece-se também que é fundamental que o professor desta escola da rede pública do Município de Ariquemes se desvincilhe da prática tradicional de ensino que ele está acometido e que ele aprenda a identificar as aptidões dos alunos para incrementar no seu planejamento de trabalho uma relação de empatia com os educandos e com os computadores dos laboratórios de informática do ProInfo.

Mediante a realidade apresentada, para que as políticas públicas tenham maior eficácia, este professor que se enquadra como “analfabeto digital” deve ser

capacitado para trabalhar com as tecnologias, além disso, ter uma maior participação do poder público quanto a flexibilidade e disponibilização de momentos direcionados a essa formação continuada (ProInfo Integrado), dando assim, o suporte necessário para o sucesso deste e de outros programas.

Tal questão torna-se um desafio importante para a diminuição da exclusão digital em nosso país, mesmo sabendo que o uso das tecnologias no ambiente escolar não irá resolver todos os problemas concernentes a pouca qualidade da educação brasileira, porém, não se pode negar a importância do desenvolvimento de uma política que aborde os conteúdos escolares com auxílio do computador para que se inicie mudanças significativas em relação a qualidade educacional do Brasil.

Assim sendo, considerando a velocidade que os equipamentos tecnológicos se propagaram durante os últimos anos, se tornara imprescindível que a escola pública esteja preparada para oferecer uma educação que garanta aos alunos, ao corpo técnico e aos docentes da rede pública de ensino, a oportunidade de acesso ao conhecimento científico através das tecnologias de informação e comunicação voltadas para a inclusão digital.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Prática e Formação de Professores na Integração de Mídias. Prática Pedagógica e Formação de Professores com Projetos: Articulação Entre Conhecimentos, Tecnologias e Mídias. IN: _____; MORAN, José Manuel (Org's.). **Integração das Tecnologias na Educação**. Ministério da Educação, Seed. Brasília, 2005. p. 38-45.

ALVES, Taíses Araújo da Silva. **Tecnologias de Informação e Comunicação (Tics) nas Escolas**: da Idealização à Realidade. Estudos de casos múltiplos avaliativos realizado em escolas públicas do ensino médio do interior paraibano brasileiro. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação)- Universidade Lusófona de Humanidades Tecnologias Instituto de Ciências da Educação, Lisboa, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 20 de dezembro de 1996. Brasília: **Diário Oficial da União**, 23 de dezembro de 1996.

_____. Portaria nº 522, de 9 de Abril de 1997. **Lex**: Brasília, 1997.

_____. **Programa Nacional de Informática na Educação** – Proinfo - Diretrizes. Brasília: MEC/SEED, 1997.

_____. Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional –ProInfo. **Lex**: Legislação e jurisprudência, Brasília, DF, 2007.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional-ProInfo Integrado**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13156:proinfo-integrado&catid=271:seed>. Acesso em: 20/06/2014.

_____. Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério das Comunicações, dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão, altera os Anexos I e II do Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, os Anexos I e II do Decreto nº 6.188, de 17 de agosto de 2007, o Anexo II do Decreto nº 4.597, de 17 de fevereiro de 2003, o Anexo II do Decreto nº 5.135, de 7 de julho de 2004, o Anexo II do Decreto nº 6.378, de 19 de fevereiro de 2008, o Anexo II do Decreto nº 6.207, de 18 de setembro de 2007, os Anexos I e II do Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009, e dá outras providências. **Lex**: Legislação e jurisprudência, Brasília, DF, 2011.

BONATTO, Francisco Rogerio de Oliveira; SILVA, Andriele Franco da; LISBOA, Patrícia. Tecnologias nas Atividades Escolares: Perspectivas e Desafios. IN: VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de; COSTA, José Wilson da. (Org's.). **Educação Digital: a tecnologia a favor da inclusão**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 58- 74.

BUENO, José Lucas Pedreira; GOMES, Marco Antônio de Oliveira. Uma Análise Histórico-Crítica da Formação de Professores com Tecnologias de Informação e Comunicação. **Revista Cocar**. Belém, vol 5, n. 10, p.53 – 64 jul – dez 2011.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. IN: _____; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**; Conferência. Belém: Imprensa Nacional, 2005. p. 17-30.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAZELOTO, Edilson. **Inclusão Digital: uma visão crítica**. São Paulo: ed. Senac, 2008. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=epzgg9vp8K0C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 03/02/2014.

COELHO, Ricardo Corrêa. **ESTADO, GOVERNO E MERCADO**. Departamento de Ciências da Administração / UFSC [Brasília]. Florianópolis: CAPES : UAB, 2009. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/pub_1291088041.pdf>. acesso em: 14/11/2013.

COUTINHO, Laura. Tecnologia, Comunicação E Interação: Integrando as Tecnologias – Relato de Experiência. IN: BRASIL. **Integração de tecnologias, linguagens e representações**. Ministério da Educação, 2005. p.32-35. Disponível em: < <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/145723IntegracaoTec.pdf> >. Acesso em: 22/07/2014.

Cruz, Renato. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004, pag. 9. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2064400.PDF>>. Acesso em: 08/06/2014.

ECLESIASTES. In: **Bíblia Sagrada**. Traduzida por João Ferreira de Almeida. 3. ed. Rio de Janeiro - RJ: (JUERP) Imprensa Bíblica Brasileira, 2005. Cap. 9, Versículo 10.

FEITOSA, Íris Do Céu Alves. **Inclusão e Uso de Tecnologias Digitais nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental**. Universidade aberta do Brasil. Paraíba, 2006. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/inclusao_e_uso_de_tecnologias_digitais_nas_saries_iniciais_do_ensino_fundamental_1343841258.pdf>. Acesso em: 09/07/2014.

GENTILINE, João Augusto. Computadores, Informática, e Educação: Questões sobre a Gestão de Programas de Inclusão Digital no Brasil. IN: VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de; COSTA, José Wilson da. (Org's.). **Educação Digital: a tecnologia a favor da inclusão**. Porto Alegre: Penso, 2013. p.39- 57.

HIMANEN, Pekka. Desafios Globais da Sociedade de Informação. IN: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**; Conferência. Belém. Imprensa Nacional, 2005. p. 347- 370.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. ed. Papirus, 2007.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologia e ensino preferencial e a distancia**. 9 ed. Papirus, 2003.

LEAL, Sayonara; BRANT Sandra. Políticas de inclusão digital no Brasil: a experiência da formação dos monitores dos telecentros. GESAC. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p 88-108, mar. 2012.

LEMOS, André. Prefácio. IN: BONILLA, Maria Helena Silveira e PRETTO, Nelson de Luca. (Org's). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. v. 2. Salvador: EDUFBA, 2011.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, Joaquim Manuel Martins do Vale. **As Novas Tecnologias no Ensino**. Força Aérea Portuguesa, 2006. Disponível em: <<http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2006/2tri06/lima.html>>. Acesso em 09/07/2014.

MELO, Jante Aparecida Ferreira. **Saberes e conceitos sobre a inclusão digital**. PUCRS Virtual/ Uniube, 2006. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/seminario2006/pdf/tc010.pdf>>. Acesso em: 19/01/2014.

MELO, Herbart dos Santos; LEITÃO, Leonardo Costa.(Org's). **Dicionário Tecnologia e Inovação**. Fortaleza: SEBRAE, 2010.

Moresi, E. (Org.). **Metodologia de Pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003.

MORAN, José M. Ensino e Aprendizagem Inovadores Com Tecnologias. Informática na: Teoria e Prática. **Educação**, V. 3 Nº 1, Setembro, 2000.

MORAN, José Manuel. **A Educação que desejamos**: Novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papirus, 2007.

PESCADORI, Cristina M. Tecnologias Digitais e Ações de Aprendizagem dos Nativos Digitais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E FILOSOFIA. V CINFE. 2010, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos**. Caxias do Sul: V CINFE , 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/SkyDrive/NATIVOS%20DIGITAIS.pdf> Acesso em: 14/04/2014.

Ramos, Geórgia Fonseca de Choucair. **A inclusão digital nas salas de aula [manuscrito]**: avaliação da informatização nas escolas municipais de Belo Horizonte. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. 2010.

RIBEIRO, Maria Thereza Pillon. **Inclusão digital e cidadania**. [ca 2006]. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/blog/obsmdia/files/Maria-Thereza-Pillon-Ribeiro.pdf>>. Acesso em 07/03/2014.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 35. Ed.- Revista, Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

TAKARASHI, T. (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília: MCT, 2000.

VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do. Inclusão Digital na Alfabetização: Importância da aprendizagem inicial na vida de todos. IN: _____; MATTOS, Maria José Viana Marinho de; COSTA, José Wilson da. (Org's.). **Educação Digital: a tecnologia a favor da inclusão**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 122- 144.

VALENTE, José Armando. Informática na Educação no Brasil Análise e Contextualização Histórica. IN: **O computador na sociedade do conhecimento**. Ministério da Educação, Seed. Brasília, [ca. 1999]. p. 11-29.

VALENTE, José Armando. Pesquisa, comunicação e aprendizagem com o computador. O papel do computador no processo ensino-aprendizagem. IN: Maria ALMEIDA, Elizabeth Bianconcini de; _____. (Org's.) **Integração das Tecnologias na Educação/ Secretaria de Educação a Distância**. Ministério da Educação, Seed. Brasília, 2005.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Ilmo (o) Professor (a) da Escola Municipal de Ensino Fundamental _____

Eu Rafael Littig Santana, acadêmico do 8º período do curso de Pedagogia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, estou desenvolvendo uma pesquisa para embasamento empírico do meu TCC que tem como tema: A UTILIZAÇÃO DAS TICs COMO PROPOSTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO.

Tenho por objetivo descrever as dificuldades encontradas pelos professores para usarem as TICs no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula e a sua importância no processo de ensino e aprendizagem com os alunos. Além do mais, entendo que a inclusão digital é um assunto de suma importância nessa sociedade.

A sua participação é muito importante, para isso solicito a sua autorização e colaboração para participar dessa entrevista. Me responsabilizo por manter todas as suas informações em anonimato.

Desde já agradeço a sua colaboração, certo que juntos estaremos contribuindo para a construção de uma educação de mais qualidade para as futuras gerações!

Rafael Littig Santana

fone: (69) 8102-6686 (69) 8406-6841
Email: rafaellittig@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Eu, _____,
declaro que fui esclarecido (a) sobre os objetivos dessa pesquisa que tem como
tema: **A UTILIZAÇÃO DAS TICs COMO PROPOSTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DE INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO** de forma clara e detalhada e que
concordo em participar dessa pesquisa com acadêmico Rafael Littig Santana.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

1. Qual é o seu nome?

2. Qual é o seu sexo?

() feminino

() masculino

3. Qual a sua data de nascimento? ____/____/____

4. Onde você mora?

Rua: _____

Bairro: _____ n° _____

5. Qual é o nome da sua escola?

6. Qual é a sua área de formação pedagógica?

7. A quantos anos você exerce a docência?

Até 1 ()

de 2 a 5 ()

de 6 a 10 ()

mais de 11 ()

8. Você possui e-mail?

1 () sim

2 () não

9. Se sim, qual é o seu e-mail:

10. Quais são seus telefones para contatos?

- 1() Residencial _____
- 2() Celular: _____
- 3() comercial _____
- 4() não tem _____

11. Com que frequência você usa o computador no seu dia-a-dia?

- 1() sempre
- 2() raramente
- 3() não uso

12. Quais são os locais que você tem acesso ao computador?

- 1() em casa
- 2() no trabalho
- 3() escola
- 4() Lan House
- 5() outros _____

13. Quais são as atividades desenvolvidas por você no computador?

- 1 () impressão
- 2 () descarregar mídia
- 3 () gravar CDs e DVDs
- 4 () elaborar currículos
- 5 () trabalhos escolares
- 6 () planejamentos de aula

14. Você já fez algum curso de computação?

- 1() sim
- 2() não

15. Se você marcou sim na questão 14 responda onde você fez seu curso de computação.

- 1 () particular
- 2 () público

3 () por formação continuada

16. Com que frequência você usa a internet?

1 () sempre

2 () raramente

3 () nunca

17. Como você tem acesso a internet?

1() computador

2() célula

3() nenhum

18. Onde você tem acesso a internet?

1() em casa

2() no trabalho

3() escola

4() Lan House

5() nenhum

6() outros _____

19. Você utiliza o computador para atividades pessoais ou pedagógicas?

1 () pessoais

2 () pedagógica

3() nenhuma

20. Você tem acesso a algum site de relacionamento?

1() MSN

2() Gtalk

3() Skype

4() Orkut

5() Facebook

6() nenhuma

7() Outros _____

21. Com que frequência você utiliza o computador e a internet na sua prática pedagógica?

- 1 () sempre
- 2 () raramente
- 3 () nunca

22. Você recebe capacitação em sua formação continuada (ProInfo) para a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação para sua prática pedagógica?

- 1 () sim
- 2 () não

23. Se você marcou sim na questão 22, responda se você aplica essa capacitação em sua prática docente.

- 1 () sim
- 2 () não

24. A escola oferece computadores conectados a internet para uso dos alunos?

- 1 () sim
- 2 () não

se marcou sim, quantos são? _____

25. A escola oferece computadores conectados a internet para uso dos professores?

- 1 () sim
- 2 () não
- 3 () raramente

se marcou sim, quantos são? _____

26. Seus alunos tem domínio em utilizar o computador?

- 1 () sim
- 2 () não

27. Seus alunos tem domínio em utilizar a internet pelo celular?

1 () sim

2 () não

28. Você atribui alguma importância das Tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento do aprendizado dos seus alunos?

1 () sim

2 () não

29. Você usa as TICs no seu dia a dia em sala de aula?

1 () sim

2 () não

30. A escola possui ferramentas do tipo:

() data show

() dvd

() tv

() caixa de som

() som portatil

31. Qual é o software que você usa no seu dia a dia

() windows

() linuz

32. Qual o office que você usa?

() word

() power point

() excel

() media player

Muito obrigado por participar dessa pesquisa respondendo honestamente a todas as perguntas. Me comprometo a não expor seus dados pessoais como nome endereço telefone e email. Todas as informações aqui obtidas tem por finalidade de apenas fazer um levantamento empírico dado a importância que veja em relação a inclusão digital tanto dos professores quanto dos alunos.

Rafael Littig Santana
